

Um Estado Policial

Luciano Saldanha Coelho

Artigo publicado no jornal O Globo de 22 de agosto de 2008

Operações policiais e processos penais sempre atraíram a atenção da sociedade. Aliás, o "espetáculo" é um dos elementos que caracterizam a estrutura básica da justiça penal, estando presente desde os antigos duelos até os modernos julgamentos.

Nos estados de direito, esse elemento do poder punitivo impõe que a imagem do acusado deva ser sempre protegida contra excessos. No Brasil, os recentes acontecimentos envolvendo operações policiais demonstram o contrário, já não causando surpresa a afirmação de que estamos vivendo num "Estado policial".

Os atores sociais responsáveis por esses desvios parecem não perceber a gravidade de suas próprias ações: acham que são arautos da justiça, quando, na verdade, são bobos da corte encenando uma tragédia narcísica e autoritária. Nesse teatro de abusos, além dos atores, há também a platéia que continua a aplaudir os abusos cometidos. Essa platéia, pintada com a cor dos sádicos, após aplaudir o abuso, reclama dos excessos cometidos pelo próprio Estado, como, por exemplo, a morte de inocentes em ações policiais.

O narcisismo presente nessa forma de autoritarismo funciona segundo um mecanismo maniqueísta: nós, defensores da moralidade, protetores da sociedade; eles, monstros da imoralidade, inimigos do povo. Nesse mecanismo,

os fins justificam os meios e tudo pode ser feito em nome da "justiça" (prisões ilegais, interceptações telefônicas criminosas etc.).

Somente o juiz, consciente de sua responsabilidade constitucional de garantidor dos direitos fundamentais, pode reduzir a nocividade decorrente dessas ilegalidades. No entanto, a degeneração da função jurisdicional é a desesperança no poder que poderia garantir esses mesmos direitos.

Sobre esse tema vale recordar a lição sempre atual de Hélio Tornaghi ao empregar as imagens do "bom juiz" e do "mau juiz", descrevendo o primeiro como justo, paciente, benigno e humilde, com firmeza no agir e suavidade no trato, e o segundo como pedante que se conturba pela ignorância, transvia-se pelo preconceito, insensibiliza-se pelo hábito, envenena-se pela paixão, e "confunde autoridade com tirania e se compraz em humilhar os que devia proteger". A figura do "juiz-tirano" se manifesta muitas vezes como "juiz-justiceiro" que, segundo Alejandro Nieto, é pessoa imatura que faz seus os ideais adolescentes de salvar o mundo, um psicopata que perdeu o contato com a realidade.

Críticas são freqüentemente feitas contra julgadores que respeitam os direitos fundamentais de liberdade, como no caso da intervenção judicial do ministro Gilmar Mendes na Operação Satiagraha. Por coincidência, no passado, o citado ministro narrou fatos gravíssimos envolvendo a tentativa de agentes policiais federais de desqualificar ministros do Supremo Tribunal Federal, numa "espécie de terrorismo estatal como método". O Estado policial, como o "ovo da serpente", denuncia tempos difíceis.